



4878448



00135.226740/2023-43



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
Secretaria do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

**ATA DA 123^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
- CNDPI**

REALIZADA NOS DIAS 04 E 05 DE DEZEMBRO DE 2024

Brasília, na data da assinatura.

Nos dias quatro e cinco de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, no Edifício Multi Brasil, SAUS, Quadra 5 Bloco A lotes 09/10 – Asa Sul e por meio da plataforma *Microsoft Teams*, foi realizada a 123^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa - CNDPI. Estiveram presentes na reunião: Dia 04/12/2024 - Marilda Oliveira de Brito Cohen, (MCID); Joana Darc Freire Silva (MCID); Shirlei Correa Rodrigues, (MINC); Ana Maria Sales Placidino (MDA); Mirian da Silva Queiroz Lima (MDS); Alexandre da Silva (MDHC); Lídia Rafaela Barbosa dos Santos (MDHC); Ana Elenara da Silva Pintos (ME); Cleide Afonso Cosmo Júnior (MIR); Fábio Régis Sparremberg (MPO); Ana Paula Schwelm Gonçalves (MPS); Arilda de São Sabbas Pucú (AME); Maria Angélica Gomes (AME); Norivaldo Pereira de Lima Júnior (Aliança Nacional LGBTI+); Raimunda Goreth Assunção Espindola (ABRAz); Marlene Aparecida Gonçalves (APNs); Tereza Cristina Nascimento (APNs); Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes (ANADEP); Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic (ANG Brasil); Alexandre de Oliveira Alcântara (AMPID); Graciliana Selestino Gomes da Silva (Coletivo Indígena Wakonã); Luiz Legnâni (COBAP); Henri Siegert Chazan (CNSaúde); Renata Prates de Oliveira (CONTAG); Raphael Franco Castelo Branco Carvalho (CFOAB); Rosangela Maria Lucinda (CFOAB); Betânia Maria Pereira dos Santos (COFEN); Eni Carajá Filho (MORHAN); Ir. Terezinha Tortelli (PPI); Suzimar Delaroli Ribas, (SESC); Epitácio Luiz Epaminondas (SINTAPI-CUT); Marco Antonio Guilherme dos Santos (SINTAPI-CUT); Renata Marinho Pereira (SBGG). Convidados: Sr. Benedito Adalberto Brunca (MPS); Luís H. Belém (CNDPI); Ermelinda Melo (CNDPI); Juliana de Paula Bezerra (UnB); Carla Novais (ME); Maria Eduarda Rodrigues da Silva (UnB); Luma Bittencourt, (CNDPI); Bruno Mendes, (CNDPI); Douglas Barbosa, (CNDPI); Diana Oliveira, (CNDPI); Dia 05/12/2024 - Joana Darc Freire Silva (MCID); Shirlei Correa Rodrigues, (MINC); Ana Maria Sales Placidino (MDA); Mirian da Silva Queiroz Lima (MDS); Alexandre da Silva (MDHC); Lídia Rafaela Barbosa dos Santos (MDHC); Ana Elenara da Silva Pintos (ME); Cleide Lemes da Silva Cruz (MIR); Fábio Régis Sparremberg (MPO); Ana Paula Schwelm Gonçalves (MPS); Heloísa da Veiga Coelho (MS); Juliana Paula de Paiva Oliveira, (MTUR); Arilda de São Sabbas Pucú (AME); Norivaldo Pereira de Lima Júnior (Aliança Nacional LGBTI+); Raimunda Goreth Assunção Espindola (ABRAz); Marlene Aparecida Gonçalves (APNs); Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes (ANADEP); Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic (ANG Brasil); Alexandre de Oliveira Alcântara (AMPID); Graciliana Selestino Gomes da Silva (Coletivo Indígena Wakonã); Luiz Legnâni (COBAP); Adriana Pereira de Souza (CONTAG); Raphael Franco Castelo Branco Carvalho (CFOAB); Rosangela Maria Lucinda, (CFOAB); Betânia Maria Pereira dos Santos (COFEN); Eni Carajá Filho (MORHAN); Ir. Terezinha Tortelli (PPI); Suzimar Delaroli Ribas (SESC); Epitácio Luiz Epaminondas (SINTAPI-CUT); Marco Antonio Guilherme dos Santos (SINTAPI-CUT); Renata Marinho Pereira (SBGG). Convidados: a Sra. Damiana Neto (AME); Luma Bittencourt, (CNDPI); Bruno Mendes, (CNDPI); Douglas Barbosa, (CNDPI); Diana Oliveira, (CNDPI); Ermelinda Melo, (CNDPI); Luís H. Belém, (CNDPI).

Abertura da Reunião: Pauta 04/12/2024 - 1. Abertura e verificação do quórum; 2. Aprovação da pauta; 3. Aprovação da Ata da 121ª Reunião Ordinária e 6ª Reunião Extraordinária; 4. Aprovação do Calendário de reuniões 2025; 5. Tema: Política Nacional dos Esportes e ações voltadas para pessoa idosa: Convidados(as): Sr. Paulo Henrique Perna Cordeiro (Secretário(a) Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNEAELIS) e a Sra. Ana Elenara (Coordenadora Geral de Elaboração de Políticas Públicas – CGEPP/ Ministério do Esporte); 6. Tema: Ações da Previdência Social: Convidado: Sr. Benedito Adalberto Brunca, Diretor do Departamento do Regime Geral da Previdência Social. (Ministério da Previdência Social). 7. Relato de encerramento da Comissão Especial do Rio Grande do Sul; 8. Reunião das Comissões Permanentes. Pauta 05/12/2024 – 1. Abertura e verificação do quórum; 2. Apresentação da Prestação de Contas do Fundo Nacional do Idoso – FNI: Responsável: Sr. Luis Alberto (Coordenação da Coordenação-Geral de Gestão de Parcerias – CGAPI/SNDPI/MDHC); 3. 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – 6ª CONADIP; 4. Tema: Ações e projetos para pessoa idosa da Ação de Mulheres pela Equidade – AME: Convidada: Conselheira do CNDPI Arilda de São Sabbas Pucú. representante da Ação de Mulheres pela Equidade e Damiana Neto Fundadora da ONG Ação de Mulheres pela Equidade – AME. 5. Relato das comissões; 6. Apresentação sobre as Ações do CNDPI no ano de 2024; 7. Informes gerais; 8. Encerramento. – **Dia 04/12/2024 - Manhã: O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** iniciou a 123ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – CNDPI cumprimentando todos(as) os presentes e reforçou sobre a nomeação das Conselheiras Ir. Terezinha Tortelli e da Sra. Lidia Rafaela Barbosa dos Santo no CNDPI. Em seguida, acerca da Ata da 121ª Reunião Ordinária, bem como da 6ª Reunião Extraordinária do CNDPI, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** inferiu que todas as ponderações e solicitações foram acatadas pela Secretaria e, em regime de discussão e votação, os conselheiros(as) presentes realizaram a aprovação das Atas. Adiante, o **Sr. Bruno Mendes** realizou a apresentação da proposta do Calendário de Reuniões do CNDPI para o ano de 2025. Inferiu que foi mantido o padrão das reuniões para serem realizadas às quartas e quintas-feiras, bem como, preferencialmente, ao final dos meses que seguem. Salvo exceções de alguns meses como junho e dezembro. Aberto o debate acerca do calendário, a **Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú** pontuou sobre a possibilidade de a reunião do mês de fevereiro ser realizada antecipadamente, pois haverá um intervalo de tempo sem nenhuma reunião do conselho. Ato contínuo, o **Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas** considerou, em relação a reunião do mês de dezembro, se for colocada a data para o final do mês, é possível que não seja realizada, levando em consideração todas as atividades que são propostas durante o mês. Em resposta, o **Secretário Alexandre da Silva** discordou pelo fato de o dia 10 de dezembro ser o Dia Internacional dos Direitos Humanos, sendo até uma data oportuna de ter os membros do colegiado até para prestigiar algum evento que possa acontecer nesses dois dias. Em seguida, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** passou a palavra ao **Sr. Bruno Mendes** que inferiu que a data de reunião do mês de fevereiro é considerada para os últimos dias por questões orçamentárias, e para que dê tempo hábil de serem realizados os pagamentos das diárias e passagens dos conselheiros(as). Em relação a data para a reunião de dezembro, considerou que haverá uma conferência nos meses finais do ano, e essa data é justamente para que seja um prazo de organização para os conselheiros(as). Seguidamente, o **Coordenador-Geral substituto Luís Alberto da Silva** pontuou que além do orçamento, existe as questões afetas a locação da sala para realização da reunião de fevereiro, que já foi reservada pois o espaço é muito concorrido, tendo em vista que existem vários conselhos que fazem reuniões no MDHC. Após o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** observou que não havia mais inscrições para o debate, o calendário de reuniões para o ano de 2025 foi colocado em regime de votação, e os conselheiros(as) realizaram sua aprovação à unanimidade com as seguintes datas: fevereiro 19 e 20, abril 23 e 24, 11 e 12 de junho, 20 e 21 de agosto, 15 e 16 de outubro e 10 e 11 de dezembro. Após, a **Conselheira Ana Elenara da Silva Pintos** realizou apresentação sobre o seguinte tema: “Política Nacional dos Esportes e ações voltadas para a pessoa idosa”. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** considerou em se fazer uma ação virtual, sobre a importância do esporte e do lazer para o envelhecimento. Aberto inscrição para debate sobre o tema, a **Conselheira Marlene Aparecida Gonçalves** parabenizou pelo trabalho apresentado e pontuou que é necessário pensar em uma forma de levar essas atividades nos lugares onde a pessoa idosa está sem esse acesso. Por exemplo, nos quilombos, assentamentos e comunidades. Em seguida, a **Conselheira Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic** parabenizou pela temática, que é de grande importância para quem está vivenciando o envelhecimento. Reforçou que é necessário que o

esporte chegue às pessoas que são desassistidas. Adiante, o Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas considerou que já foram realizados alguns trabalhos de qualificação e requalificação para pessoas adultas, pois existe algo que deve ser enfatizado: o envelhecimento começa a partir do nascimento. Posteriormente, o Conselheiro Eni Carajá Filho propôs um desafio para o CNDPI: que seja pensando em uma temática oculta sobre autismo, TDAH, síndromes e outras doenças e distúrbios que vem sendo diagnosticados tardeamente na pessoa idosa. Seguidamente, a Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú pontuou que é importante ressaltar a necessidade de existirem projetos para as comunidades periféricas. Após, a Conselheira Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes agradeceu a apresentação e parabenizou pela criação dos projetos. Inquiriu sobre a possibilidade de superar os obstáculos que seguem como, a falta de transportes para levar essas pessoas para realização das atividades. Em seguida, a Conselheira Graciliana Selestino Gomes da Silva parabenizou pela elaboração dos projetos e reforçou sobre a importância de se olhar para essa política e considerar os cuidados para com as pessoas idosas e dos povos originários. Adiante, o Secretário Alexandre da Silva considerou como grande avanço falar sobre essa temática dentro dos conselhos. E inquiriu sobre quais os impactos das políticas públicas voltadas ao esporte e lazer, nas outras políticas públicas, reduzindo o empenho financeiro em ações que poderiam ser prevenidas pelo esporte e lazer. Posteriormente, o Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara parabenizou pela apresentação e reforçou sobre a importância do esporte como uma prática de saúde e vida. Ressaltou que é necessário democratizar a sociedade brasileira, fazendo com que o esporte seja um direito fundamental. Seguidamente, a Conselheira Betânia Maria Pereira dos Santos enfatizou sobre o programa que é realizado no Conselho Federal de Enfermagem – COFEN para a qualificação profissional, que é voltado aos enfermeiros para mestrado profissional. Após, a Conselheira Renata Marinho Pereira parabenizou pelo desenvolvimento dos projetos e pontuou sobre a importância da atividade física para a pessoa idosa. Também considerou que é importante ter profissionais que possuam o mínimo de conhecimento em gerontologia. Em seguida, a Conselheira Rosangela Maria Lucinda agradeceu a apresentação e parabenizou pela excelência dos trabalhos. Considerou que é importante enfatizar aos governantes que as praças públicas devem ser mantidas com o máximo de higiene possível, e que possua acessibilidade aos usuários. Em resposta, a Conselheira Ana Elenara da Silva Pintos reforçou que, no momento, o Ministério do Esporte conta com um orçamento pequeno, então, enquanto ação programática que pode ser aperfeiçoada, os projetos podem vir emendas e serem indicados. Os espaços esportivos comunitários é uma intenção de fazer chegar à estrutura. Considerou que é necessário avançar nas questões da interseccionalidade, enquanto governo, pois faz-se muito discurso para não existirem práticas. Justificou que os conhecimentos precisam ser aproximados e se colocou à disposição para auxiliar nessas questões. Pontuou que as praças não são uma proposta do ministério do esporte e considerou duas preocupações, um acerca dos equipamentos pois é necessária a manutenção, e a outra é sobre os recursos humanos para que seja pensada a saúde das pessoas idosas. Adiante, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho parabenizou pela apresentação e ratificou a vontade do CNDPI em participar das tratativas acerca dessa temática. Seguidamente partiu para o próximo ponto de pauta e ressaltou a presença do Sr. Benedito Adalberto Brunca, Diretor do Departamento do Regime Geral da Previdência Social, que realizou apresentação acerca da seguinte temática: Ações da Previdência Social. Relatos sobre o impacto e os grupos sociais que são atendidos pela Previdência Social. Seguidamente, o Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas agradeceu a apresentação e reforçou acerca da preocupação que é apresentada diante disso, pois nos próximos 10 anos a árvore genealógica será invertida, justamente porque existirão mais pessoas idosas, então, qual a medida que deve ser tomada para que seja modificada essa condição. Após, o Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara parabenizou pela exposição e pontuou sobre a preocupação com os registros previdenciários dos municípios brasileiros, pois mostram-se extremamente problemáticos em vários sentidos. Então, inquiriu acerca de como a previdência pode reavaliar essas condições e situação. Em seguida, o Conselheiro Norivaldo Pereira de Lima Júnior questionou acerca do sistema de proteção social militar, pois uma boa parte da parcela dos brasileiros tem dúvida acerca disso, se são os civis que pagam a aposentadoria ou o dinheiro vem de um fundo dos militares. Adiante, a Conselheira Marlene Aparecida Gonçalves parabenizou pela apresentação e referiu acerca da aposentadoria por incapacidade permanente, se elas deverão se apresentar ao INSS para realizar a atualização. Posteriormente, a Conselheira Graciliana Selestino Gomes da Silva enfatizou sobre a preocupação dos dados apresentados para a população indígena. É necessário ter acesso e que os processos sejam desburocratizados para

avançar nas tratativas do INSS. Seguidamente, o Conselheiro Luiz Legnâni parabenizou o conselho pelo desenvolvimento dos trabalhos. Reforçou que é necessário fazer mais debates acerca desse tema. Após, a Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú enfatizou que é importante observar as questões referentes a acessibilidade ao INSS, como pessoas negras, pessoas com deficiência, quilombolas, entre outros. Finalizou reforçando que é necessário que as perícias tenham mais agilidade. Em seguida, a Conselheira Rosangela Maria Lucinda inferiu que é necessário pensar nas agências que atendam as pessoas idosas que não conseguem utilizar meios tecnológicos e que não possuem auxílio de outros. Em resposta, Sr. Benedito Adalberto Branca, pontuou que a questão acerca do envelhecimento da população é efetiva. Reforçou sobre a necessidade de participação nos assuntos, pois sem fontes de contribuição existe a cobrança do mercado para que sejam discutidos direitos. Faz-se equilíbrio mexendo na arrecadação ou nos direitos, não havendo possibilidade de modificações. Sobre a proteção dos militares, é a sociedade que patrocina, pois é deficitário, por isso está na pauta do governo uma mudança por idades mínimas para essa categoria. Considerou que para atender a população de modo adequado, é importante que o conselho faça o relato das solicitações. **Dia 04/12/2024 – Tarde: O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** informou que foram recebidas algumas comunicações formais do Fórum Permanente da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa idosa, bem como algumas moções, então foi realizada a leitura. Inferiu que todas as documentações recebidas serão encaminhadas aos conselheiros(as). Seguidamente, o Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara pontuou sobre idosos que tem alta médica mas não possuem alta social, e isso tem gerado um sério problemas nos hospitais. Solicitou que o Ministério da Saúde seja provocado se tem um estudo sobre os casos e como esse ministério, juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Assistência Social, Família e Combate à Fome poderiam atuar para que essas pessoas tenham um atendimento digno. Reforçou que em 2016 foi possível pactuar, juntamente com o município de Fortaleza, um protocolo de atendimento, por parte da Secretaria Municipal de Saúde, de todos os residentes idosos das ILPI's de Fortaleza. Em 2022 o protocolo foi repactuado, então, o ministério solicitou uma Nota Técnica sobre o protocolo. A Coordenação-Geral de Demandas de Órgãos Externos da Atenção Primária, por meio do Secretário de Atenção Primária, encaminhou um expediente contendo a Nota Técnica, e reforçou que o protocolo pode ser estendido para todo o país. Para isso, é necessário a realização de três ações: 1. Considerar os ajustes para o dimensionamento favorável de equipes de estratégia de saúde da família; 2. Ampliação de investimento para estruturação das equipes; 3. Garantir investimento e provimento estrutural e de logística na atenção primária. Após, como encaminhamento, os conselheiros(as) sugeriram que haja discussão sobre essa temática na comissão de políticas públicas. Após, a Conselheira Maria Angélica Gomes, coordenadora da Comissão Especial do Rio Grande do Sul realizou o relato acerca da referida comissão. Em Seguida, o Conselheiro Eni Carajá Filho propôs, como encaminhamento, que o CNDPI possa se manifestar contra o PL 4614/2024, que tramita na Câmara dos Deputados, referente aos cortes de benefícios para as pessoas idosas e pessoas com deficiência. Considerou também a proposta de redigir uma moção de protesto, solicitando que o projeto seja cancelado ou revisto, solicitando o apoio da Ministra dos Direitos Humanos e Cidadania, Ministra Macaé Evaristo. Adiante, a Conselheira Mirian da Silva Queiroz Lima propôs que, antes de realizar a moção, possa-se ouvir a área do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome que é responsável pelo Benefício de Prestação Continuada, para buscar mais informações. Posteriormente, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** agradeceu a contribuição e participação da Comissão Especial do Rio Grande do Sul. Encerramento da reunião – Dia 04/12/2024: O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** agradeceu a participação de todos os conselheiros e encerrou o primeiro dia da 123ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – CNDPI.

Abertura da reunião – Dia 05/12/2024: O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho iniciou a 123ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – CNDPI cumprimentando todos os presentes e orientou da possibilidade de inverter os temas de ordem da pauta. Após, o Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas inferiu acerca das ações que foram pautadas e apresentadas durante a realização do G20 e considerou que é necessário que sejam feitas ações direcionadas, no sentido de ter um resultado no futuro. Em seguida, o Conselheiro Luiz Legnâni enfatizou acerca da temática principal do encontro do G20: governança global e como evitar que apenas um país queira governar o mundo, então os países se comprometeram em cuidar do planeta. Adiante, a Conselheira Raimunda Goreth Assunção Espindola reforçou sobre as propostas que foram pautadas no

encontro do G20, principalmente na área da saúde. Posteriormente, a Conselheira Graciliana Selestino Gomes da Silva considerou que para que as proposições se concretizem é importante reforçar a rede, pois será sediada no Brasil a COP30. Seguidamente, o Conselheiro Norivaldo Pereira de Lima Júnior enfatizou sobre a importância do encontro do G20, considerando como uma excelente organização, comunicação. Destacou sobre a necessidade da acessibilidade e que é importante que haja mais espaços nos eventos para as pessoas idosas, sendo uma pauta que deve ser levantada pelo CNDPI. Após, o Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara ressaltou a importância da participação do conselho nesses eventos, pois o envelhecimento é algo internacional e que acontecerá com todos. Em seguida, a Conselheira Lídia Rafaela Barbosa dos Santos realizou a exibição de dois vídeos, um sobre a inferência no combate a violação patrimonial e financeira; e outro sobre “o envelhecer nos territórios”, feito por meio do monitoramento que é realizado em campo. Adiante, passou-se a apresentação da Prestação de Contas do Fundo Nacional do Idoso – FNI, referente aos de 2023 e 2024, pelo Coordenador-Geral substituto Luís Alberto da Silva, representante da Coordenação-Geral de Gestão de Parcerias, que ressaltou sobre a importância de o programa envelhecer nos territórios. Após, solicitou que o conselho possa dar o aval na execução e empenho acerca da emenda, proposta pelo Deputado Sóstenes Cavalcante do Partido Liberal do Rio de Janeiro. Posteriormente, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho reforçou a importância de o CNDPI acompanhar as ações que estão sendo realizadas e fiscalizar a utilização dos recursos. Parabenizou também pela apresentação e esclarecimentos da comissão. Seguidamente, a Conselheira Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic considerou de grande importância os projetos “Envelhecer nos Territórios e Viva Mais Cidadania”, para promover mais cidadania nas comunidades e regiões. Após, o Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas, pontuou que quando são discutidos finanças e fundos, é necessário entender o que foi receitado e quais foram as despesas para que as pessoas possam saber o que foi feito. É importante trabalhar em campanhas que possam esclarecer essas questões. Seguidamente, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho ressaltou que houve uma análise técnica da comissão de fundos, e propôs ao colegiado, na reunião de agosto, que fosse solicitado a Conjur um parecer que analisasse a legalidade a situação da execução e empenho acerca da emenda, proposta pelo Deputado Sóstenes Cavalcante do Partido Liberal, que não foi feita da forma convencional. Diante disso, foi posto dois regimes de votação aos conselheiros: 1. Caso o parecer da Conjur seja favorável, considera-se aprovado o andamento do procedimento proposto, corrigir o equívoco e o recurso será encaminhado ao projeto contemplado pela emenda parlamentar; 2. Posto o Parecer da Conjur de forma favorável, voltar para o CNDPI para que haja uma nova análise entre os conselheiros. Após, o Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara considerou, acerca da destinação dos recursos, que é necessário acompanhar esse processo. Essa situação mostra como a questão das emendas parlamentares implica um desserviço à nação, pois como é possível planejar políticas públicas, se o recurso não está sendo direcionado corretamente. Em regime votação o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho iniciou a votação com o chamamento aos seguintes órgãos que manifestaram seus votos conforme as propostas: Proposta 1. Caso o parecer seja favorável, considera-se aprovado o andamento do procedimento proposto, corrigir o equívoco e o recurso será encaminhado ao projeto contemplado pela emenda parlamentar: Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultoras(es) Familiares – CONTAG (Adriana Pereira de Souza); Conselho Federal de Enfermagem – COFEN (Betânia Maria Pereira dos Santos); Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos – COBAP (Luiz Legnâni); Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas e Idosos – SINTAPI-CUT (Epitácio Luiz Epaminondas); Associação Nacional de Gerontologia do Brasil – ANG Brasil (Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic); Associação Nacional de Defensoras(es) Públicos – ANADEP (Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes); Associação Brasileira de Alzheimer e Condições Relacionadas – ABRAZ (Raimunda Goreth Assunção Espindola); Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – CFOAB (Raphael Franco Castelo Branco Carvalho); Associação Cultural de Agentes de Pastoral Negros do Brasil – APN’s (Marlene Aparecida Gonçalves); Coletivo Indígena Wakonã – (Graciliana Selestino Gomes da Silva); Aliança Nacional LGBTQIAP+ (Norivaldo Pereira de Lima Junior); Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO (Fábio Régis Sparremberg); Ministério do Esporte – MESP (Ana Elenara da Silva Pintos); Ministério das Cidades – MCID (Joana Darc Freire Silva); Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania – MDHC (Lídia Rafaela Barbosa dos Santos); Ministério da Previdência Social – MPS (Ana Paula Schwelm Gonçalves); Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDAF (Ana Maria Sales Placidino); Ministério da Cultura – MCULT (Shirlei Correa Rodrigues);

Ministério da Saúde – MS (Ligia Iasmine Pereira dos Santos Gualberto); Ministério do Turismo – MTUR (Juliana Paula de Paiva Oliveira); Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS (Mirian da Silva Queiroz Lima). Proposta 2. Posto o Parecer da Conjur de forma favorável, voltar para o CNDPI para que haja uma nova análise entre os conselheiros: Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBGG (Renata Marinho Pereira); Serviço Social do Comércio – SESC (Suzimar Delaroli Ribas); Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência – AMPID (Alexandre de Oliveira Alcântara); Pastoral da Pessoa Idosa – PPI (Ir. Terezinha Tortelli); Ação de Mulheres pela Equidade – Promoção de Saúde, Educação, Arte, Cultura e Esporte – AME (Arilda de São Sabbas Pucú); Ministério da Igualdade Racial – MIR (Cleide Lemes da Silva Cruz). Encerada a votação, proposta 1 com 21 votos e proposta 2 com 6 votos, assim, a proposta de número 1 foi aprovada. Em seguida o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** solicitou que fosse encaminhado o mais breve possível a solicitação a Conjur. Após, o **Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara** propôs que o CNDPI envie ao Parlamento ou ao presidente do Congresso Nacional, formalmente, as deliberações das últimas conferências realizadas, pois são paradigmas para os gastos públicos. Como encaminhamento, propôs-se a realização de uma campanha de sensibilização quanto à utilização dos fundos. O **Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas** complementou que fosse enviado um ofício para o MDHC, como sugestão de comunicado nesse mesmo sentido. Em continuidade o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** prosseguiu com os encaminhamentos de oficiar o Congresso na figura da presidência do Congresso, acerca das deliberações das conferências e propostas com as ações dos ministérios que tratam da pauta do envelhecimento, e um ofício do CNDPI ao MDHC, sugerindo que o ministério se manifeste nesse mesmo sentido, outra proposta foi a questão de uma campanha de sensibilização quanto ao Fundo da Pessoa Idosa. Nesse sentido o presidente reforçou a força das postagens de campanha em outubro do estatuto da pessoa idosa e da valorização do tema. Em seguida, iniciou em regime de votação, das propostas de encaminhamento, não havendo dissenso na discussão, considerou aprovado por unanimidade a feitura dos ofícios propostos e de uma campanha de fortalecimento dos fundos. **Dia 05/12/2024 – Tarde:** A reunião foi iniciada pela **Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú** que deu início aos trabalhos relatando que seriam apresentadas as discussões das comissões. Em seguida, a **Sr.ª Damiana Neto**, Fundadora da ONG Ação de Mulheres pela Equidade - AME e a **Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú**, realizaram apresentação sobre a seguinte temática: Ações e projetos para pessoa idosa. Adiante, o **Conselheiro Eni Carajá Filho** pontuou sobre a importância de conhecer as experiências das pessoas que trabalham em prol desses grandes projetos e que fazem parte do CNDPI, também parabenizou pela apresentação. Em seguida a **Conselheira Marlene Aparecida Gonçalves** parabenizou e perguntou sobre a questão da Marcha das Mulheres Negras, se há algum representante da AME, sendo respondida positivamente pela **Sr.ª Damiana Neto**, que há representante da AME envolvida na Marcha das Mulheres Negras. Posteriormente, a **Conselheira Betânia Maria Pereira dos Santos** parabenizou pelo trabalho e agradeceu a participação e a relevância em trazer esses temas com tamanha profundidade, o que gerou tamanha emoção. Em sequência a **Conselheira Lídia Rafaela Barbosa dos Santos** se sentiu contemplada com as falas da **Conselheira Marlene Aparecida Gonçalves** em relação a Marcha da Mulheres Negras, e indagou como se faz para aderir a AME. Seguidamente, a **Conselheira Graciliana Selestino Gomes da Silva** reforçou a importância da atuação da AME nas regiões e parabenizou pela realização dos trabalhos apresentados. Considerou que é extremamente necessário fortalecer as bases desses projetos. Em seguida, a **Conselheira Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic** reforçou sobre a sensibilidade dos projetos apresentados e parabenizou pelos serviços desenvolvidos pela AME. Adiante, o **Conselheiro Norivaldo Pereira de Lima Júnior** agradeceu por todo trabalho desenvolvido com as mulheres trans, pretas pois elas possuem vulnerabilidades e parabenizou pela execução dos projetos. Posteriormente, a **Sr.ª Damiana Neto** considerou que não é o dinheiro que faz uma mudança, mas sim a informação, que muitas vezes não chega às pessoas que realmente precisam dela. Seguidamente, a **Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú** pontuou que é importante enfatizar que os jovens precisam ser trabalhados para reconhecer que a velhice não é fracasso, mas vitória. Em seguida o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** retornou para dar sequência a reunião, agradecendo a **Sr.ª Damiana Neto** e a **Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú**. Pontuou ainda da demanda para finalizar a reunião e passou a fala ao **Conselheiro Norivaldo Pereira de Lima Júnior** que solicitou que seja feita uma nota informando sobre o falecimento da Luana Costa, integrante da Aliança Nacional LGBTQIAP+ e que era conselheira do CNDPI. Em seguida,

a Conselheira Mirian da Silva Queiroz Lima realizou o relato da Comissão de Políticas Públicas. Agradeceu a todos os conselheiros que contribuíram com a referida comissão e seguiu para com a leitura. Como encaminhamentos destacaram-se: Para próxima reunião ordinária, que será realizada em fevereiro, que seja incluída a pauta referente a assistência social; que sejam retomados os convites, um para o Ministério da Saúde - tema sobre saúde atividade física no SUAS; e que a Secretaria da Pessoa Idosa possa apresentar o material acerca da sistematização das deliberações das conferências realizadas, compartilhou com grande orgulho que o acompanhamento do processo legislativo de elaboração da Política Nacional de Cuidado, que faz parte do planejamento estratégico do CNDPI que enquanto técnica da Secretaria de Política de Cuidados de Família do MDS, que é a responsável pela elaboração dessa política, pode acompanhar de perto cada etapa desse processo. E informou que a Política Nacional de Cuidado foi aprovada. Relatou que na reunião do dia 02 de dezembro de 2024, discutiu a necessidade de estabelecer uma proposta na alteração da Resolução Número 3 de 2010, do CNDPI, que cria o Cadastro Nacional dos Conselhos de Direito da Pessoa Idosa, mas, ao final, ponderou que seria melhor estar nesse texto final a revogação por estar trazendo uma atualização. Ressaltou a importância que na reunião, o CNDPI definiu um prazo para a atualização do Cadastro Nacional, o mês de outubro. Depois, foi definido que os estados, também devem ter o tempo hábil para receber e repassar os municípios. Então, a ideia foi que os estados coletam os dados dos respectivos municípios para atualizar o Cadastro Nacional. Mas que os municípios também tenha um prazo razoável para reunir as informações e repassar aos Estados. O Distrito Federal também foi contemplado na resolução. Por fim, alguns encaminhamentos: Aprovação da Resolução. Adiante, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho realizou a leitura da Minuta de Resolução que dispõe sobre o Cadastro Nacional dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa, que define a responsabilidade dos conselhos nacional, estaduais, do distrito Federal e municipais do direito da pessoa idosa e construção do diagnóstico situacional anual sobre o funcionamento dos conselhos e fundo da pessoa idosa. Posteriormente, o Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara agradeceu o trabalho desenvolvido e considerou que é importante que haja essa atualização e reforçou que o CNDPI deve ser o orientador e indutor dessa política. Seguidamente, a Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú reforçou que é importante ter os dados dos conselhos para que se possam ter decisões mais acertadas na política. O Conselheiro Fábio Régis Sparremberg trouxe a consideração em relação as datas sendo que ela seja feita em dias e não datas fixas. Após, a Conselheira Lídia Rafaela Barbosa dos Santos inferiu que é complicado realizar a atualização de dados nos estados, pois os conselhos são vinculados em sua maioria às secretarias de assistência social e, muitas vezes, não é possível entrar em contato com essas pessoas responsáveis. Solicitou o apoio do CNDPI acerca dessa demanda. O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho iniciou o regime de votação, os seguintes órgãos manifestaram seus votos favoráveis a aprovação da Minuta de Resolução citada: CONTAG (Adriana Pereira de Souza); COFEN (Betânia Maria Pereira dos Santos); COBAP (Luiz Legnâni); SINTAPI-CUT (Epitácio Luiz Epaminondas); ANG Brasil (Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic); SBGG (Renata Marinho Pereira); Serviço Social do Comércio – SESC (Suzimar Delaroli Ribas); ANADEP (Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes); Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência – AMPID (Alexandre de Oliveira Alcântara); Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – MORHAN (Eni Carajá Filho); ABRAZ (Raimunda Goreth Assunção Espindola); CFOAB (Raphael Franco Castelo Branco Carvalho); Pastoral da Pessoa Idosa – PPI (Irmã Terezinha); APN's (Marlene Aparecida Gonçalves); Ação de Mulheres pela Equidade – Promoção de Saúde, Educação, Arte, Cultura e Esporte – AME (Arilda de São Sabbas Pucú); Coletivo Indígena Wakonã – (Graciliana Selestino Gomes da Silva); Aliança Nacional LGBTQIAP+ (Norivaldo Pereira de Lima Junior); Ministério do Planejamento e Orçamento (Fábio Régis Sparremberg); Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (Alexandre da Silva); Ministério das Cidades (Joana Darc Freire Silva); Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS (Mirian da Silva Queiroz Lima); Ministério da Igualdade Racial (Cleide Lemes da Silva Cruz); Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (Ana Maria Sales Placidino); Ministério da Cultura (Shirlei Correa Rodrigues); Ministério da Saúde (Ligia Iasmine Pereira dos Santos Gualberto). Encerada a votação, por 25 votos favoráveis, a minuta de resolução foi aprovada. Em seguida, o Conselheiro Fábio Régis Sparremberg realizou o relato da Comissão de Orçamento, Finanças e Fundo Nacional do Idoso, com os seguintes tópico: Tópico 1: Conflito entre a Lei 12.213 e o Decreto 9.569, discutiu-se a incoerência na Lei 12.213, que atribui ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa a gestão do Fundo, enquanto, na prática, o Conselho

monitora o fundo. O Decreto 9.569, por sua vez, atribui a administração ao MDHC, alinhando-se com a realidade. Ação: Enviar relato à Comissão de Normas e Comissão de Orçamento para posicionamento. Tópico 2: Destinação de Recursos do Fundo da Pessoa Idosa. A proposta de destinação direcionada dos recursos está na Câmara dos Deputados, sem evolução desde a última reunião. Ação: Solicitar ao CNDPI que inclua o Conselho nas discussões da Câmara. Tópico 3: Não Contingenciamento dos Recursos do Fundo Nacional da Pessoa Idosa. Foi informado que o Fundo da Criança e Adolescentes foi excluído do contingenciamento, sugerindo-se um ofício ao CONANDA para esclarecer a base legal dessa decisão. O Senador Bruno Mendes informou que o ofício foi encaminhado ao CONANDA, porém não houve resposta. Também sobre o Guia de Emendas Parlamentares – Informou que os ministérios possuem guias para orientar a alocação de emendas parlamentares. Ação: Solicitar que a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa encaminhará solicitação aos ministérios, especialmente Saúde, Assistência Social e Esporte, para que identifiquem, em seus guias, as ações relevantes para a pessoa idosa. O tópico 6: Emendas Parlamentares na Política da Pessoa Idosa – Discutiu-se a alocação de emendas parlamentares, destacando-se uma emenda na Unidade Orçamentária do Fundo Nacional do Idoso e outras 16 ou 17 vinculadas ao MDHC. Ação: Propôs-se consultar a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa sobre a viabilidade de submeter essas emendas à avaliação do Conselho, garantindo o monitoramento e a coerência na aplicação dos recursos. O Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas argumentou sobre a Campanha de Esclarecimento e Formação que foi discutida a necessidade de uma campanha de esclarecimento e formação sobre arrecadação de recursos, em parceria com o Conselho de Contabilidade, que já dialogou sobre o tema. A proposta visa ampliar o conhecimento sobre mecanismos de captação, considerando o potencial de arrecadação e os desafios enfrentados. A iniciativa já consta no relatório, mas foi reforçada na discussão. Ação: Encaminhar a proposta ao Conselho de Contabilidade para avaliação e possível implementação da campanha. Adiante, a Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú considerou que é importante que todas as propostas de emenda venham ao conhecimento e discussão do CNDPI. Como encaminhamento: realização de uma campanha; rearticulação de parceiros para promover ações conjuntas; e Ofício à Secretaria e ao Ministério solicitando que os recursos oriundos de emendas parlamentares que envolvam pessoas idosas, sejam encaminhados para apreciação do CNDPI. Posteriormente, o Secretário Alexandre da Silva sugeriu que haja uma mobilização de convencimento para que os parlamentares, que fazem a destinação de emendas para grupos sociais, mas não observam para a pauta da pessoa idosa, que eles possam olhar para essa temática. Seguidamente, a Conselheira Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes realizou o relato da Comissão de Normas com o tópico: Indagação sobre os Conselhos Comunitários – Foi discutida a solicitação feita pelo Conselho de Direitos da Pessoa Idosa do Distrito Federal sobre a criação dos Conselhos Comunitários em 2023. Diante da provocação recebida, a Comissão solicitou informações sobre o funcionamento desses Conselhos antes de se manifestar. Um ofício foi enviado em 29 de maio, porém, até o momento, não houve resposta. Ação: Reencaminhar o ofício à Secretaria do Conselho do DF para solicitação de informações sobre a situação dos Conselhos Comunitários. Outro ponto foi o Projeto de Lei nº 3618/2023 – Alteração da Lei do Fundo – Foi discutida a tramitação do PL nº 3618/2023, que trata da alteração da Lei do Fundo e tem sido uma preocupação de diferentes comissões. A Comissão da Pessoa Idosa (CIDOSO) encaminhou ofício ao CNDPI, informando que o Conselho poderia buscar diálogo com o relator do PL, Deputado Ossesio José da Silva. Verificou-se que o projeto está sem movimentação desde agosto. Ação: Avaliar a possibilidade de agendar uma reunião com o relator para discutir a matéria. Após, a Conselheira Rosangela Maria Lucinda explicou que as alterações no Benefício de Prestação Continuada terão grave repercussão nos direitos das pessoas idosas e vulneráveis. Diante disso, é importante enfatizar ao Governo Federal que o PL citado representa o retrocesso da política brasileira. Em seguida, a Conselheira Mirian da Silva Queiroz Lima reforçou que é necessário convidar o Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome para que possa realizar explicações acerca do PL e das ações que tem sido implementada. Adiante, a Conselheira Graciliana Selestino Gomes da Silva realizou o relato da Comissão dos Temas Relacionados e solicitou que seja realizada uma visita, *in loco*, às comunidades do Mato Grosso do Sul e que seja realizada com um nível de urgência, e o início da articulação com o Ministério da Cultura e SESC, sendo necessário um ofício à secretaria para solicitar apoio dentro da proposta da visita técnica por parte da comissão de temas. Posteriormente, o Conselheiro Eni Carajá Filho realizou o relato da Comissão do Conselho de Articulação dos Conselhos e Comunicação Social apontando que as demandas foram sanadas. Seguidamente, o Presidente Raphael

Franco Castelo Branco Carvalho considerou que, acerca das ações do CNDPI no ano de 2024, será encaminhado o material, por e-mail, aos conselheiros(as) para que realizem apreciação da matéria. Sobre a 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – 6ª CONADIP, serão realizadas reuniões, de forma online, para as tratativas dessa pauta, já que não houve a possibilidade de serem realizadas discussões durante a presente reunião. Após, o **Secretário Alexandre da Silva** agradeceu o empenho e dedicação dos conselheiros(as) durante o ano. Reforçou sobre o fortalecimento e construção que vem sendo desenvolvida. **Encerramento da reunião – Dia 05/12/2024: O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** agradeceu a participação de todos(as) os(as) conselheiros(as) e encerrou a 123ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – CNDPI.

RAPHAEL FRANCO CASTELO BRANCO CARVALHO

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Franco Castelo Branco Carvalho, Usuário Externo**, em 30/04/2025, às 00:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4878448** e o código CRC **8614C818**.

Referência: Processo nº 00135.226740/2023-43

SEI nº 4001319